

DITADURA NO PARANÁ: “FOI NA LAVOURA QUE A SUBVERSÃO ENCONTROU RESISTÊNCIA”
DICTADURA EN PARANÁ: “FUE EN LA LABRANZA QUE LA SUBVERSIÓN ENCONTRÓ RESISTENCIA”

Juliana Valentini⁶⁴

Resumo: Esse artigo trata das formas de organização e práticas da fração agrária da classe dominante do estado do Paraná no período pré golpe. Objetivamos compreender como as entidades patronais construíram, no âmbito regional, bases de sustentação para o golpe civil-militar de 1964. Foi possível identificar a ação organizada dos grandes proprietários rurais, que articularam outras frações de classe no apoio à ditadura, na repressão aos trabalhadores sindicalizados, aos sindicatos locais e à militantes de esquerda.

Palavras-chave: Golpe civil-militar; Associação Rural de Londrina; Conflitos Agrários; Memória

Resumen: Este artículo versa sobre las formas de organización y prácticas de la división en partes de la clase dominante del estado de Paraná, en el período que antecede el golpe. El objetivo es comprender como las entidades de los patrones construyeron, en el ámbito de la región, bases de sustentación para el golpe civil-militar de 1964. Fue posible identificar la acción organizada de los grandes propietarios rurales, los cuales articularon otras divisiones de clase en apoyo a la dictadura, en represión a los trabajadores miembros de sindicatos, a los sindicatos de la región y a los militantes de izquierda.

Palabras clave: Golpe civil-militar; Associação Rural de Londrina; Conflictos agrarios; memoria.

INTRODUÇÃO

Chegamos ao aniversário de cinquenta anos do golpe civil e militar de 1964. Nesse momento, demandas acadêmicas e sociais instigam um conjunto de reflexões sobre a história recente do Brasil; as “comemorações” e memórias, construídas e/ou silenciadas em torno desse período conturbado, voltam com peso significativo e exigem novos debates sobre o tema.

Esse artigo trata das formas de organização e práticas da fração agrária da classe dominante do estado do Paraná no período pré golpe. Buscamos inicialmente contextualizar e mapear as práticas de duas entidades que ocuparam papel importante na articulação do golpe no Paraná (Mobilização Agrária do Paraná e a Ação Democrática do Paraná), e a participação central da Associação Rural de Londrina como

⁶⁴ Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

organizadora das ações dessas entidades, por meio da atuação de seus integrantes. Percebemos a atuação da Associação Rural de Londrina tomando à frente, na figura de suas lideranças, nas campanhas de desestabilização do governo e no apoio a intervenção militar para garantir a intocabilidade da propriedade da terra.

A Associação Rural de Londrina - ARL foi fundada na década de 1940, momento de intensa luta de posseiros e grileiros no norte do Paraná. A ARL congregou grandes proprietários de terra do estado, essencialmente os produtores de café. Desde sua fundação, a entidade veio encampando lutas em defesa da grande propriedade, de financiamentos, subsídios e investimentos para o setor, na tentativa de controle e repressão dos trabalhadores rurais e posseiros.

Desse modo, na década de 1960, a referida entidade fazia ressoar no âmbito estadual suas posturas e bandeiras. Seus membros e lideranças participaram da fundação de entidades congêneres, tomando frente em mobilizações que ultrapassavam, em muito, as demandas da fração de classe.

Para compreender o papel orgânico que entidades e grupos empresariais tiveram nesse processo, convém levantar as seguintes questões: - qual foi o papel dos agentes e da agência patronal rural na campanha de desestabilização do governo de João Goulart e durante a ditadura civil-militar; - quais os discursos do empresariado sobre as “modernizações”, a “democracia” e o “comunismo”; - qual a participação das frações agrárias nos projetos de expansão do capital; - quais políticas de estado o governo ditatorial desenvolveu para a região de Londrina, para o campo e para a agricultura.

A reflexão sobre essas questões passa pelas discussões surgidas na década de 1980, em especial a desenvolvida por Armand René Dreifuss, das quais partimos para dialogar sobre a atuação das entidades patronais paranaenses nesse momento da história do Brasil.

Na obra “1964: a conquista do Estado”, Dreifuss⁶⁵ apresentou que a ação de uma intelectualidade orgânica — formada por empresários nacionais ligados a multinacionais, diferentes grupos políticos, intelectuais, militares, representantes dos interesses financeiros multinacionais e associados — “desestabilizou” o governo de João Goulart. Sua pesquisa apresenta uma extensa rede de organizações empresariais que, mais do que compor um grupo de pressões, passou a se organizar de forma planejada, especialmente por meio de duas entidades, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto

⁶⁵ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e Golpe de Classe. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

A atuação do IPES/IBAD — entendido como “*verdadeiro partido da burguesia, seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar*”⁶⁶ — assumiu papel ativo de preparar ideológica e culturalmente a articulação e sustentação do golpe de Estado, principalmente na produção de filmes, panfletos, organizando campanhas de desestabilização do governo, de criminalização das mobilizações populares. Essa organização tinha como finalidade projetar seus interesses e garantir a sua efetivação por meio de um golpe militar.

O IPES/IBAD também agiu na realização de pesquisas, organização de campanhas ideológicas voltadas para o convencimento sobre a “necessidade” de haver um “controle” sobre os rumos político-econômico e social do Brasil. Por meio da grande difusão do “medo social”, baseado em amplo discurso anticomunista e contrário às mobilizações dos setores populares.

O caráter “subversivo” dado a essas manifestações justificaria o uso da violência — no período ditatorial — sobre abrangentes massas populares ou sobre qualquer oposição⁶⁷. As campanhas promovidas pelo IPES/IBAD alegavam, enquanto objetivo à opinião pública, defender a “democracia” que, contraditoriamente, não aceitava a participação de setores populares na cena política.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA E AÇÃO DEMOCRÁTICA DO PARANÁ: COMPONDO OS ALI-CERCES CIVIS DO GOLPE DE ESTADO DE 1964

Dentre as várias frentes de organização dos setores da direita a partir de 1961, no estado do Paraná, foram criadas entidades com a finalidade de intervir na mobilização dos movimentos populares. Trataremos com mais ênfase duas dessas entidades, são elas a Mobilização Agrária do Paraná e a Ação Democrática do Paraná, ambas tiveram a ampla participação dos membros da Associação Rural de Londrina. É sobre o papel da ARL como organizadora das ações dessas entidades, por meio da atuação de seus membros, que discorreremos.

A Mobilização Agrária do Paraná (MAP), foi fundada em junho de 1962, na cidade de Curitiba, com a participação direta do Movimento Agrário Brasileiro (MAB), de São Paulo. A partir dessa entidade, que tinha relações diretas com o IPES⁶⁸ passou a ser organizada, no Paraná, a atuação conjunta de parlamentares para “*exercer influência política junto ao Congresso Nacional, à Assembleia Legislativa do*

⁶⁶ Idem, p. 164.

⁶⁷ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 226.

*Estado e às Câmaras Municipais para a vitória dos altos interesses da lavoura e da pecuária, na elaboração de Leis e posturas municipais e na votação dos respectivos orçamentos".*⁶⁹

Essa entidade também pretendia garantir o "fortalecimento do regime "democrático", "doutrinariamente adotar princípios contidos nas Encíclicas Papais" e "aprovar normas para a reforma agrária".⁷⁰

Na diretoria da Mobilização Agrária do Paraná foi constante a participação de membros da Associação Rural de Londrina⁷¹, evidenciando uma rede de contatos e mobilizações que transcendem o plano local (cidade de Londrina) e indicam a importância dada (pelos grandes proprietários rurais) à tomada de posição mais ampla em defesa de um governo que controlasse, mediante o uso da força, as demandas populares⁷².

Em julho de 1962, um mês após a fundação da *Mobilização Agrária do Paraná* em Curitiba, seus membros se reuniram na cidade de Londrina para tomar decisões em benefício da classe, dentre as quais estavam: escolher os candidatos a serem apoiados nas próximas eleições pela Mobilização Agrária do Paraná, lançar a Carta de Londrina e a de efetivar uma reforma agrária dentro da lei.

O projeto/modelo de reforma agrária que a Mobilização defendia limitava-se à defesa do "*pleno apoio às reivindicações de meeiros, posseiros, parceiros e assalariados rurais, que sejam justas e legais*", e "*manifestar solidariedade e apreço ao abnegado clero paranaense na sua doutrinação e no seu trabalho de ordem espiritual moral e educacional, congregando os lavradores católicos na Frente Agrária Paranaense (FAP) e estimulando a sindicalização democrática e cristã*".

Essa ampla organização do setor agrário patronal paranaense foi fundamental para a construção de campanhas ideológicas e organização de sujeitos e entidades de todo o estado em torno de demandas específicas do setor e de reivindicações sobre os rumos políticos que deveriam ser tomados. No final desse encontro, foi lançada a "Carta de Londrina", por meio da qual buscou-se mobilizar a população da

⁶⁸ Consultar documentação anexada ao livro de René Dreifuss, *1964 a conquista do Estado*, p.655-668. Nesse material estão as correspondências de membros do movimento de "Mobilização Agrária do Paraná" para o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, bem como os dados da diretoria desse órgão, sua forma de ação e Carta de Princípios. Por meio da análise desse material e da contraposição com os dados levantados na sede da Associação Rural de Londrina, percebemos que: a organização conjunta dos membros da ARL com empresários de outras entidades e regiões do estado do Paraná, estavam ocorrendo de modo planejado, bem como a participação local da ARL na fundação da "Ação Democrática do Paraná", na cidade de Londrina.

⁶⁹ MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ. Carta de Fundação e Carta de Princípios. Curitiba, 23 de junho de 1962. Apud. DREIFUSS, Op. Cit., 1981, p.660.

⁷⁰ MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ. Carta de Fundação e Carta de Princípios. Curitiba, 23 de junho de 1962. Apud. DREIFUSS, Op. Cit., 1981, p.660.

⁷¹ Garibalde Reale, Omar Mazzei Guimarães, Rivaldavia de Garcia Lara, Alvides Pavan, Osvaldo Giacóia.

⁷² MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ. Op. Cit. Apud. DREIFUSS, Op. Cit., p.661.

cidade e região para a necessidade de organizar-se entre diferentes entidades, instituições e organizações.

Como fruto dessa mobilização, que já vinha ocorrendo desde 1961 em todo o estado, foi criada em abril de 1963 a *Ação Democrática do Paraná (ADP)*, na cidade de Londrina. A finalidade dessa entidade de ação foi organizar um conjunto de medidas de oposição ao governo, tendo como base para a ação a Carta de Princípios, lançada em Londrina.

A atuação da fração da classe dominante agrária regional em Londrina no pré golpe pode ser verificada por meio de pesquisas nos periódicos e órgãos de imprensa da região, especialmente no jornal *Folha de Londrina*, nas falas proferidas e na mobilização patronal rural, que, junto com outras entidades da sociedade civil, militares e religiosas, trabalharam na consolidação do golpe por meio da criação de uma base de apoio local.

A *Ação Democrática do Paraná (ADP)*, situada no interior do estado, especificamente na cidade de Londrina, foi uma organização fundada para fazer pressões, interferir na opinião pública regional e conter a mobilização das organizações dos trabalhadores rurais que avançavam nas suas lutas e organizações.

Fizeram parte da ADP empresários professores, radialistas e principalmente proprietários rurais. Do total de 37 assinaturas da Carta de Princípios, 14 subscritores eram membros da Associação Rural de Londrina-ARL. Os objetivos da criação desse grupo de oposição foram explicitados no documento de fundação da *Ação Democrática do Paraná*. Embora seja longo, é importante para situar suas intenções:

A *Ação Democrática do Paraná*, movimento apartidário de caráter ideológico, fiel à carta de Princípios aprovada em Assembleia Geral de 23 de abril de 1963, dirige-se ao público em geral e, em particular: à mocidade, aos pais de família; aos líderes de grupos e classes profissionais, sociais políticas e religiosas; aos representantes do povo em cargos de administração pública e, em especial aos que exercem função legislativa,

Para Proclamar:

1. *Ação Democrática do Paraná* é um movimento genuinamente brasileiro, com origem em Londrina, e não tem qualquer ligação com movimento semelhantes, dentro ou fora do estado, a não ser uma eventual coincidência de propósitos e pontos de vista ideológicos.
2. A *Ação Democrática do Paraná* congrega pessoas de todos os partidos políticos, unidas em torno de denominadores comuns, que são a absoluta fé nos princípios democráticos e o propósito de defender a ordem democrática, bem como prestigiar, revigorar e aprimorar a democracia no país.
3. A *Ação Democrática do Paraná* admite que a ordem democrática no país – embora sob um regime democrático – é falha, deficiente e às vezes injusta. Entende porém que esses defeitos não decorrem do regime político, mas, sim, do próprio estágio de evolução social e econômica que o Brasil atravessa, além das atuais deficiências humanas.
4. A *Ação Democrática do Paraná* acredita, entretanto, que a democracia é o único regime político que permite ao povo, aproximar-se dos ideais da felicidade individual e coletiva, da qual a liberdade, a dignidade, a justiça, o bem estar econômico e o desenvolvimento espiritual são elementos essenciais.⁷³

⁷³ Ibid

A alegação contida no documento de: “*não tem qualquer ligação*” da recém fundada Ação Democrática do Paraná com “*com movimento semelhantes, dentro ou fora do estado*”, foi problematizada por Reginaldo Fernandes Jr como uma estratégia de manter uma suposta independência de ação, que poderia estar relacionada à suspeita, que naquele momento recaía sobre o IBAD sobre suas relações com governos e organizações internacionais, canalizando dinheiro de fontes escusas para fomentar a desestabilização do governo. O IBAD foi fechado após serem apuradas as suas práticas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).⁷⁴

Ou seja, a argumentação de independência em relação a outras entidades está ligada à estratégia de apresentação ao público, buscando apoio para as atividades e campanhas que visava promover. Afinal, as correspondências de membros do movimento de Mobilização Agrária do Paraná — que também estavam à frente das outras entidades — para o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e outras entidades, indicam a existência de estreitos diálogos.

A “*coincidência de propósitos e pontos de vista ideológicos*” entre o movimento paranaense e de outras regiões deve ser discutido, inserindo suas propostas, reivindicações, posicionamentos e ações em meio à organização em âmbito nacional das classes dominantes. E os objetivos que possuíam, de garantir a implementação de um novo projeto de desenvolvimento econômico para o Brasil, que tenderia a favorecer também o setor agrário exportador.

Entre os propósitos apresentados acima está a defesa integral da democracia, que, por sinal, também foi defendida pelos Atos Institucionais decretados após o golpe. Pela “democracia” e para ela é que se organizou o golpe que impôs a ditadura civil-militar que durou 21 anos. Em nome dela, foram reprimidos os trabalhadores e organizações populares, alegando a perda de controle do Estado sobre esses sujeitos.

As injustiças sociais existentes no Brasil foram apresentadas pela carta de princípios como resultado do processo de desenvolvimento do capitalismo e dos “erros humanos”. Sob a alegação de que em um futuro, quando se estivesse em outro estágio de “evolução social e econômica”, as contradições sociais seriam superadas. Essa alegação, feita por setores da direita, refere-se ao projeto de “Desenvolvimento Nacional e Reformista” que vinha sendo implementado, bem como às amplas reivindicações de setores populares que buscavam transformações sociais.

Embora afirmando que as desigualdades sociais não decorriam do regime político, para garantir seus anseios, os setores de direita tiveram como proposta o fim do regime democrático e a imposição de

⁷⁴ FERNANDES, R. Op. Cit., p. 121.

uma ditadura, ainda que esta fosse apresentada pelos seus ideólogos como "revolução democrática".

Desse modo, vemos a forma contraditória que a concepção de democracia é apresentada. Se, por um lado, o argumento era de que "é o único regime político que permite ao povo, aproximar-se dos ideais da felicidade individual e coletiva", por outro, foram retirados da população todos os direitos democráticos em nome dessa suposta "revolução democrática". As atividades da Ação Democrática do Paraná estiveram alicerçadas nos objetivos incluídos na Carta de Princípios, que sistematizaram a sua atuação durante os anos de 1963-1964:

Objetivos da ADP

A Ação Democrática do Paraná agirá no campo das ideias:

- a) Promoção da doutrinação democrática por meio de manifestações do pensamento, tais como imprensa, rádio, panfletos, etc.,
- b) Combatendo toda a Doutrinação da esquerda e da direita, que se oponha aos princípios fundamentados na ordem democrática.

A Ação Democrática do Paraná agirá no campo das atividades práticas:

- a) Participando ou apoiando todos os atos ou ocorrências que levem a prestigiar revigorar e aperfeiçoar a ordem democrática;
- b) Estimulando, ajudando e cooperando através de todos os meios possíveis, dentro da ordem democrática para o levantamento do nível de vida e de educação do nosso povo;
- c) Tomando iniciativa na crítica e na correção de atos, ou ocorrências que, dentro da ordem democrática, tendam a desprestigiá-la ou solapá-la;
- d) Vigiando, apontando e combatendo todos os atos ou fatos que representem ou estimulem a subversão da ordem democrática.⁷⁵

Contraditoriamente, a ADP ao mesmo tempo em que propunha o combate à doutrinação de direita e de esquerda coloca a doutrina como seu objetivo. Desse modo, se definia enquanto uma terceira via (entre direita e esquerda) uma defensora da ordem democrática por meio do combate à subversão e às práticas antidemocráticas. Vemos que esse discurso era o mesmo que vinha sendo veiculado pelas campanhas do IPES e IBAD em outros estados, que em nenhum momento de sua ação de desarticulação do governo de João Goulart, da desmobilização das organizações populares e da reivindicação de outro projeto político-econômico, o fez em nome da ditadura, mas, sim, de uma "suposta" democracia.

Nas práticas e na forma de ação da "Mobilização Agrária do Paraná" e da "Ação Democrática do Paraná", essas organizações exerceram o papel de formulação e disseminação de campanhas favoráveis à mudança nos rumos políticos e econômicos do Brasil, atuando na desestabilização de governo Jango e em oposição às mobilizações sociais, preparando o terreno para o golpe de Estado. Em meio à atuação dessas entidades, esse trabalho buscou identificar a forma de ação específica da ARL nesse período,

⁷⁵ AÇÃO DEMOCRÁTICA DO PARANÁ. Op. Cit.

identificando as campanhas, mobilizações e ações que promoveram na região norte do Paraná.

UM HISTÓRICO DE CRIMINALIZAÇÃO DE SETORES DE ESQUERDA

Durante o ano de 1962, foram marcantes as campanhas da Associação Rural de Londrina contrárias às reformas de Jango, especificamente a da reforma agrária. Nas mobilizações promovidas por entidades patronais, naquele ano, destacamos a ocorrida em 19 de março de 1962, promovida pelas entidades ARL, Associação dos Lavradores do Norte do Paraná, Associação Paranaense de Cafeicultores, Associações Rurais do Norte do Paraná, Centro de Comércio de Café (CCC), Secretaria de Estado de Agricultura (SEAG) e Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, que contou com a presença do então Ministro da Agricultura, Renato Costa Lima.

Nessa manifestação, o presidente da ARL, Omar M. Guimarães, discursou cobrando do Ministro Renato Costa Lima *“melhoria na vida dos trabalhadores com ações que levem ao ‘paiol cheio’ e não ao ‘paiol de pólvora”*⁷⁶. O presidente da ARL se referia às reivindicações do setor no que dizia respeito ao estímulo da “questão agrícola”, entendida como o financiamento a longo prazo e a juros baixos para as atividades agropecuárias, infraestrutura (transporte, comunicação e energia, bem como de armazéns e silos), estabelecimento de preços para a produção que possibilitasse bons lucros, eliminação de fatores fiscais e tarifários, entre outras medidas, em detrimento de estimular o *“paiol de pólvora”*, entendido como sendo as medidas reformistas, e ao apoio às bandeiras dos movimentos sociais que poderiam levar a alterações na estrutura fundiária.

Em assembleia da ARL, realizada em 18 de maio de 1963, o tema da reforma agrária voltou a aparecer como centro das discussões na entidade. Nessa reunião, foi abordada a necessidade de ampliar as bases sociais da entidade, para que ela pudesse se posicionar com maior peso frente ao “perigo” da reforma agrária.

A argumentação foi acentuada por um dos diretores da entidade, Justino Vilela, que destacou que a então capacidade de arregimentar apoio em sua base social era limitada, dado que a ARL possuía, naquele momento, 700 sócios. E para ser mais forte e alerta aos “perigos” da reforma agrária, era preciso ampliar suas bases sociais. A reforma agrária deveria ser combatida por ter *“raízes em terras vermelhas e doutrinas exóticas.”*⁷⁷

⁷⁶ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Reunião da Diretoria 05/08/1962, p.24 e 25. Apud. Documento histórico: Resumo 0772 Livro de Atas 3 “B” de 19/03/1962 à 18/09/1965. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

⁷⁷ Ibid. Reunião da Diretoria 18/05/1963. Apud. Ibid.

A manifestação geral reproduzida pelas entidades de classe do Norte do Paraná presente na Assembleia foi de temor: “a Reforma Agrária proposta pelo governo” pela “maneira nefasta e maliciosa que querem fazer a Reforma Agrária devido à alteração do Art. 141 da Constituição.”⁷⁸

Durante o ano de 1963, foi notícia marcante em âmbito regional o posicionamento das lideranças da Associação Rural de Londrina — que atuavam simultaneamente na direção de outras duas entidades — contrárias às reformas de base do governo Jango, especificamente a da reforma agrária, apresentando em contraposição uma constante de duas proposições complementares: a “milagrosa” produção do setor diante da “escassez de tecnologia e investimento”, expondo assim uma agricultura, “vitimizada”, “sofrida” e “abandonada”, “sem crédito nem assistência técnica”, enquanto aumentavam os investimentos no setor industrial; e, ao mesmo tempo apresentava a política governamental como um erro, que “ameaça a destruição do direito de propriedade nos campos.”⁷⁹

Parte dessa argumentação está no protesto encaminhado por essa entidade ao presidente João Goulart contra ofício que este enviou aos presidentes do Senado e da Câmara, contendo as cópias do anteprojeto de reforma agrária.⁸⁰ No protesto dos líderes da entidade consta:

É genuinamente milagroso o que se verifica nesse setor [agropecuário], do qual esse governo busca afastar todos os capitais, ameaçando a destruição do direito de propriedade nos campos. O que a assessoria de vossa Ex.^a planeja fazer é destruir o Brasil. Informando falsamente a opinião pública relativamente às nossas atividades. Não há nada de fecundo no ofício, o que ele poderá fazer é fomentar nos campos insegurança e intranquilidade.⁸¹

A entidade promoveu a mobilização dos setores agrários para fazer frente às políticas do governo, como é possível identificar nas falas públicas dos seus membros. Álvaro Godoy alertou em um de seus pronunciamentos para o alcance que poderia vir a ter a mobilização na defesa do direito à propriedade, afirmou que: “*está disposto a pegar em armas para defender os direitos da lavoura, em face aos golpes*

⁷⁸ Nessa afirmação, os membros de entidades patronais rurais referem-se ao Art. 141 da Constituição de 1946, que assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade. Embora como destacado anteriormente, as reformas propostas pelo governo estavam longe de representar real ameaça à propriedade. ATA: 18/05/1963. Apud. Documento histórico: Resumo 0772 Livro de Atas 3 “B” de 19/03/1962 à 18/09/1965. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

⁷⁹ FL. Associações cafeeiras do Paraná atacam política de Jango. 30/03/63.

⁸⁰ O documento foi assinado por “Omar Mazzei Guimarães, Lineu Carlos de Souza Dias, Fernando Agudo Romão, Fernando Bueno dos Santos, Presidente e diretores da ARL; e Álvaro Godoy presidente ALNP [que já não existia nesse momento, havia se fundido com a ARL em 1962] e Olímpio Nogueira de Monteiro presidente do CCCNP”. Folha de Londrina. 30/03/63. Embora assumindo a presidência de outras entidades, todos os faziam parte da ARL.

⁸¹ FL. Associações cafeeiras do Paraná atacam política de Jango. 30/03/63.

que se tramam, atualmente, contra ela.”⁸²

Com este posicionamento em relação às políticas do governo Goulart, a entidade sustentou que o “abandono” e a “ausência” de políticas por parte do Estado era a causa da miséria dos trabalhadores rurais e que o “retalhamento das terras” causaria enormes prejuízos à economia nacional:

A diretoria da ARL entende que não é conveniente para a economia brasileira e para o bem estar dos produtores rurais a tendência ao *retalhamento* das terras. O minifúndio geraria na agricultura, uma espécie de *artesanato rural*, que não poderia ser beneficiado pelo crédito agrícola, pela assistência técnica e pela mecanização, frustrando a produção em massa, a custos menores, em prejuízo tanto ao lavrador quanto ao consumidor⁸³.

Era clara a recusa da entidade em aceitar qualquer tipo de alteração na estrutura fundiária, sustentando que as pequenas propriedades eram incapazes de ser “produtivas”, por se tratar de pequenas extensões; seriam, por natureza, “atrofiadas” e “incapazes” de fornecer ao consumidor a produção necessária.

Essa argumentação reforçou a discussão sobre a necessidade de investir em infraestrutura, financiamentos e crédito para o grande produtor, pois este sim teria condições de produzir de modo satisfatório e a baixo preço. O projeto de reforma agrária do governo Goulart foi apresentado pela entidade como o fim do direito à propriedade privada, que “*está sendo apoiada por quem não entende de lavoura; metalúrgicos, sargentos, funcionários públicos, etc.*”⁸⁴

Advertências em relação ao “perigo” das medidas reformistas e da “subversão” de setores do governo retornariam com força, com campanhas e mobilizações, principalmente em 1964, com a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Esta foi sendo organizada antes do Golpe de 31 de março e, após ter passado por vários adiamentos, realizou-se no dia 04 de abril, de acordo com os organizadores da manifestação “*agora puramente com objetivo de comemoração e regozijo*”⁸⁵.

Os membros da ARL, o deputado Olavo Ferreira da Silva, Olímpio Nogueira Monteiro e Justino Araújo Vilela, estiveram diretamente envolvidos com a organização das manifestações locais que tinham como objetivo mobilizar a população local. Inicialmente os atos programados eram de crítica ao então governo de Goulart e, posteriormente, no momento em que ocorreu a marcha, teve conotação de comemoração, ao já efetivado golpe de estado.

Sobre esse aspecto, a ARL teve participação ativa, pois mobilizou seus representantes

⁸² FL. Café: Preconizada em praça publica a greve da Lavoura. 07/06/63.

⁸³ FL. Aos companheiros Eleitores da ARL. 31/03/64.

⁸⁴ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Reunião da Diretoria 18/05/1963. Apud. Documento histórico: Op. Cit.

⁸⁵ FL. Ampla expectativa e intenso policiamento: mais ordem e calma absoluta em Londrina. 02/04/64.

conjuntamente com os de outros setores da sociedade no intuito de garantir a “*ordem e a paz social*”. Segundo matéria publicada na *Folha de Londrina*, no dia 02 de abril, aconteceu uma das reuniões que marcaram a articulação não apenas da marcha mas de formas de controle a possíveis resistências, tendo sido organizada em sigilo, sem pronunciamentos ou comunicados oficiais publicados na imprensa local, como vemos na matéria da FL:

As deliberações foram tomadas a portas fechadas e a própria reportagem da “Folha” não teve acesso ao recinto embora tivesse insistido nesse sentido. Nada transpirou de concreto sobre a reunião nem se deu a conhecer qualquer comunicado oficial a respeito, mas soube-se extra oficialmente que o objetivo era ouvir a palavra da autoridade policial em face da situação do país e da orientação do governo do Paraná, que resolveu apoiar incondicionalmente. Na mesma ocasião foram concertadas várias providências no âmbito da proteção a edifícios públicos e pontos estratégicos de Londrina, inclusive aeroporto, depósito de combustíveis e logradouros públicos⁸⁶.

Essa articulação em âmbito local possibilitou aos sujeitos sociais envolvidos na construção dessa teia de relações que respaldaram o golpe avaliarem e se inserirem nessa nova conjuntura, elaborando estratégias para manter o controle na região diante de possíveis focos de resistência. Das reuniões realizadas com esse fim, mesmo após o golpe, a matéria apresenta uma delas e alguns traços dessa intensa mobilização de setores civis e militares.

Pela Manhã, à tarde e à noite houve intensa movimentação de autoridades, representantes de partidos políticos e líderes de comunidades em reunião que se realizaram sucessivamente na prefeitura e câmara dos vereadores e na sede da 12ª Subdivisão Especial de Polícia, onde se concentram as principais medidas relacionadas com a preservação da Ordem, da Paz e da Segurança Pública. A mais importante dessas reuniões verificou-se à tarde no edifício recém-construído da organização policial com a presença do delegado-chefe daquela repartição sr, Ladislau Bukowski Filho, e de várias personalidades entre as quais o Bispo diocesano D. Geraldo Fernandes, e os Srs Paulo Carneiro Ribeiro diretor do Instituto Brasileiro do Café, Milton Menezes suplente do senado, Omar Mazzei Guimarães, presidente da Associação Rural de Londrina; Justino Araújo Vilela, presidente da Associação Rural de Bom Sucesso; Deputado Olavo Pereira da Silva, Valdir Edgar Carnio, presidente da associação odontológica do Norte do Paraná, Rafael Lamastra presidente do diretório municipal do PTN⁸⁷.

“Com a situação política e militar controlada e o perigo de uma solução sangrenta praticamente conjurado”⁸⁸, a segurança foi conseguida através da repressão, principal estratégia de controle a qualquer movimentação contrária ao novo governo. Simultaneamente a essas articulações na cidade de Londrina,

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Ibid.

em Maringá estava sendo organizada a “*Marcha de Repúdio ao Comunismo*”, que ocorreu no dia 03 de abril de 1964, e teve grande presença de entidades civis londrinenses, que compareceram em caravanas, formadas por ônibus e carros pessoais. O intuito da marcha, de acordo com o jornal *Folha de Londrina*, foi o “*Repúdio ao comunismo e viva a democracia*”. Nesta campanha, a ARL também marcou presença, com a participação de seus membros:

Durante a concentração usaram a palavra vários oradores, dentre os quais o prefeito, o vice-prefeito e o bispo de Maringá, que se encontravam em um palanque armado na praça. Ao lado apareciam entre outras pessoas os senhores Milton Menezes, suplente de senador e ex-prefeito de Londrina; Omar Mazzei Guimarães, presidente da ARL; Justino Araújo Vilela, presidente da Associação Rural de Bonsucesso; e Severiano Alves Pereira, Secretário da Prefeitura. (...) Os representantes de Londrina viajaram em dois ônibus e algumas dezenas de carros particulares. De espaço a espaço, a multidão agitando bandeiras do Brasil, dava entusiasmados vivas à democracia, enquanto os oradores proferiam veementes discursos de repúdio ao comunismo.⁸⁹

Naquele momento, foi traçada uma relação direta entre o governo, as reformas que propunha e a atuação de “*comunistas*”. Essa argumentação também estava presente nos Atos Institucionais e serviu de justificativa para a “*revolução drenar o perigo comunista*”, principalmente a partir dos artigos 7º, 8º e 10º do AI-1.⁹⁰

Esse argumento foi amplamente noticiado na imprensa da época e nas falas das pessoas que legitimam e aprovam o golpe de estado, especialmente as medidas repressivas de controle social, embora seja um tanto quanto equivocada, afinal as reformas propostas pelo governo Goulart não colocavam em xeque a propriedade e não representavam alterações radicais nem qualquer ameaça ao sistema capitalista. O golpe colocou fim a um conjunto de mobilizações sociais, organizadas por vários setores da sociedade. Estas, sim, poderiam vir a reivindicar transformações sociais.

Manifestando publicamente o apoio ao golpe e a urgência de estabelecer o controle social, os membros da ARL reivindicavam a “*necessidade de manter a ordem, a paz e a segurança*”. O apoio dado pela fração rural ao golpe volta a ser aludido pelos líderes locais nos momentos em que “*cobram*” políticas dos governos ditatoriais:

⁸⁹ FL. Manifestação em Maringá: 30 mil repudiam o Comunismo. 04/04/64.

⁹⁰ Ato Institucional nº 1, Artigo 7º possibilitou: Demitir funcionários do regime deposto, cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante dez anos; a eliminação do direito ao voto, de candidatura e da participação em atividades político-partidárias; a demissão, dispensa, aposentadoria, transferência para reserva ou a reforma de burocratas civis e pessoal militar...; 8º Instaurar inquéritos e processos; e 10º Caçar mandatos e eleições interdisciplinar. De modo geral essas medidas ficaram conhecidas como “*operação limpeza*”.

Vimos nós (cafeicultores) aos tombos até a revolução de 64. *Foi na Lavoura que a subversão encontrou resistência, fomos nós da roça que demos o primeiro grito de advertência e começamos a nos preparar para a resistência.* Tive a oportunidade de visitar na ocasião as grandes cidades e pareceu-me que o povo estava conformado que nossa terra fosse tomada pelo comunismo. Voltei para o sertão e começamos a nos reunir nas fazendas para nos organizarmos. Nessa ocasião criamos nosso lema "*Tudo ou Nada*", ou teríamos nossa terra livre e democrática ou seria a destruição de tudo o que fosse possível. *Para a felicidade nossa, as forças Armadas depois de terem visto o desfile das mulheres paulistas e mineiras pelas ruas de SP e Belo Horizonte, disserem não ao comunismo. Essas forças saíram às ruas vitoriosas.*⁹¹

Na ocasião do pronunciamento de Álvaro Godoy, proprietários oriundos de 27 municípios paranaenses deslocaram-se para a cidade de Piraju, em São Paulo, para combater confisco cambial do governo federal e reivindicar outras políticas para o setor, principalmente em relação à produção e comercialização de café.

Na afirmação feita por Godoy, para os membros o setor agrário era "*tudo ou nada*", como indica a atuação efetiva realizada pelos ruralistas, que organizaram para manter a sua condição de proprietários rurais. Assim, mantinham a propriedade fundiária intocada ou, no caso do avanço das reformas, ocorreria a intervenção direta nos rumos político e econômico do país, o que de fato aconteceu. Esse setor da sociedade passou a se organizar em diferentes frentes de atuação que envolveram os proprietários rurais contra qualquer alteração na concentração fundiária. Finalizou sua fala apresentando que o golpe civil-militar garantiu a "*nossa felicidade*", ou seja, dos proprietários rurais, pois a partir do golpe as mobilizações dos movimentos que reivindicavam reforma agrária e os sindicatos dos trabalhadores rurais foram violentamente reprimidos e desorganizados. Desse modo, os governos da ditadura garantiram a tranquilidade dos ruralistas por meio da repressão e violência.

Nesse encontro em São Paulo foi destacado pelo jornal FL a presença de Álvaro Godoy da Cooperativa de Café de Londrina e da Federação Paranaense das Cooperativas de Café; Justino Vilela da Associação Paranaense de Cafeicultores – APAC, Omar Mazzei Guimarães da já renomeada Sociedade Rural do Norte Paraná – SRNP, e Dalton Paranaguá prefeito de Londrina e José Lazaro Dumont da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná FETAEP, e do estado de São Paulo, a presença de Sávio Almeida Prado da Sociedade Rural Brasileira, entre outros.⁹²

Verifica-se no diálogo entre a entidade patronal e o governo Castelo Branco a articulação da entidade em apoio à "*revolução*".⁹³ Na abertura da Exposição Agropecuária de Londrina, o então presidente

⁹¹ FL. 2 mil Cafeicultores na concentração de Piraju (SP). 10/12/1968.

⁹² Álvaro Godoy, Justino Vilela também da ARL. FL. 2 mil Cafeicultores na concentração de Piraju (SP). 10/12/1968.

⁹³ Quando da visita de Castelo Branco à cidade de Londrina para a inauguração da "Exposição Agropecuária" promovida pela ARL. Os significados das grandes exposições agropecuárias promovidas pela entidade não serão aprofundados nesse momento, mas são de suma importância. Esses eventos que reuniram e reúnem diversos segmentos da sociedade, entidades

da entidade, Omar Guimarães Mazzei, reclamou a Castelo Branco, em seu discurso de abertura assistência à agricultura e à pecuária, especificamente descritas em três reivindicações: “No momento temos em mira três objetivos: Instalação de um posto de Monta; de um centro de inseminação artificial; e a de uma feira de exposição permanente”. No decorrer do pronunciamento, relembrou o apoio dado pela entidade em “momentos difíceis”:

A nossa associação rural foi a *primeira* entidade a levantar-se contra os *desmandos* do governo deposto há um ano, e pela *revolução*. Em pronunciamento feito em horas difíceis, em outubro de 1963, quando a ansiedade geral do meio agrícola do país pronunciava a total desorganização de nossa vida rural, a Associação Rural de Londrina enviou enérgico pronunciamento ao governo de então. Por isso, *é para nós, motivo de orgulho e esperança a visita de V. Ex^a, o Norte do Paraná cerrou fileiras em torno do movimento que livrou o país da subversão, e da corrupção*, e os lavradores sentem-se honrados em apertar pessoalmente a mão de v. Ex^a. E o fazem na firme esperança de que novos e radiosos dias vem chegando para o Brasil e para essa fecunda, laboriosa e sofrida região⁹⁴.

Vemos que, para além de trabalhar na construção de mobilizações e campanhas de apoio ao golpe e à ditadura que se instaurou no Brasil no pós 1964, os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante da região buscaram mobilizar localmente o apoio ao golpe, o que em nível estadual o então governador vinha orquestrando de longa data, como nos mostra Murilo Zardo:

A firme aliança estabelecida pelos governadores que mantinham participação ativa na conspiração vinha de longa data e foi essencial para o sucesso do golpe civil-militar, tendo sido integrada pelos governos estaduais de São Paulo (Adhemar de Barros), da Guanabara (Carlos Lacerda), de Minas Gerais (Magalhães Pinto), do Paraná (Ney Braga), de Santa Catarina (Celso Ramos) e do Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti)⁹⁵.

A partir dos discursos e das práticas dessa fração de classe patronal, visualiza-se que ela não esteve alheia às transformações pelas quais o Brasil passou nesse período, pelo contrário, estava posicionada consistentemente em torno de seu projeto de classe e foi beneficiada com a implantação da Ditadura.

Nessa primeira década de ditadura, as falas dos membros da entidade poderiam não aprovar

de classe políticos de diferentes partidos e matrizes, de vereadores locais aos presidentes.

⁹⁴ FL. Castelo passa 5 horas movimentadas em Londrina. 04/04/1965.

⁹⁵ ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à Operação Farroupilha. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos. Anais. Porto Alegre: APERS, 2011, p.153.

algumas políticas específicas para algum setor, mas enalteciam sempre a importância da “revolução de 1964”, assim como defendiam a ditadura como “o caminho para a democracia, ordem social e desenvolvimento nacional”, mantendo alimentada a tese de “perigo comunista” para apoiar o uso de violência física, as práticas autoritárias e antidemocráticas. Desse modo, vemos que as saudações e homenagens à “revolução” foram sendo construídas, a exemplo do discurso de Francisco Antônio Sciarra:

Nunca é demais lembrar que logo em nossa Exposição, realizada em 1964 tivemos a honra de receber a visita do saudoso e eminente Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Em 1967, na abertura solene da IV Exposição, fomos honrados com a visita do saudoso e pranteado Presidente Arthur Costa e Silva que aqui veio logo após ter recebido a faixa presidencial de seu ilustre antecessor. Nesta evocação a estes dois saudosos chefes da REVOLUÇÃO BRASILEIRA, de 31 e março de 1964, tão precocemente roubados ao convívio de seus familiares e de seus concidadãos, queremos consignar, em nome de todos os agricultores e pecuaristas desta região, reverente preito de saudades e homenagem, nossas exposições nasceram no ano da REVOLUÇÃO de 1964.⁹⁶

No ano de 1970, ao lembrar a visita dos ditadores à entidade, Antônio Sciarra engrandece o seu papel e a sua importância no cenário nacional, tendo sido atendida nos convites enviados aos governantes e construindo espaços de diálogos imprescindíveis para a elaboração de planos, projetos, apresentação de reivindicações.⁹⁷

As campanhas de apoio à ditadura promovidas pela ARL tiveram elementos de otimismo, vendiam a imagem de progresso e formavam a base de sustentação do nacionalismo ufanista, enalteciam essencialmente a ideia de que a ditadura estava conduzindo o Brasil para seu futuro, “cada vez mais forte”, como na campanha da entidade patronal publicada em comemoração ao aniversário da Independência, no dia 07 de setembro de 1971.

A Sociedade Rural do Norte do Paraná quer ver o Brasil cada vez mais forte. E mais livre também. Hoje, quando mais uma vez se comemora a data maior da independência, a Sociedade Rural do Norte do Paraná só quer fazer um prognóstico: Brasil (ontem, hoje e sempre) é irreversível em termos de progresso. E com toda a certeza, todo o coração, sabe que ninguém e nada neste mundo conseguirão parar seu caminho rumo ao amanhã. Que é grande. Grandioso⁹⁸.

Esta campanha é semelhante a outras propagandas do período do Regime Militar, promovidas por órgãos especializados⁹⁹. A entidade apresentou a sua disposição de ver (e defender) o Brasil como um país

⁹⁶ SCIARRA, Francisco Antonio. Discurso da abertura da VII Exposição Agropecuária de Londrina, promovida pela SRP em 1970. Texto disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná. Destaques no original.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ FL. A sociedade Rural do Norte do Paraná quer ver o Brasil cada vez mais forte. 07/09/71.

⁹⁹ Assessoria Especial de Relações Públicas -1968, a Assessoria de Relações Públicas – 1976 e o próprio IPES.

em direção ao progresso, que estava cada vez mais forte em seus objetivos.

Ao que parece, o desejo de um amanhã forte estava relacionado à efetivação de um almejado “progresso” econômico, que nesse momento recebia atenções especiais do governo. E quanto à liberdade, se considerada a trajetória da entidade até o momento da publicação, é fácil verificar que foi algo reivindicado frente aos movimentos populares que se mobilizavam em torno de reformas sociais.

Pode-se visualizar a clara participação da Associação Rural de Londrina através dos agentes que a representavam, na urdidura que deu sustentação ao golpe de 1964. A atuação contígua com representantes religiosos, militares e outras entidades da sociedade civil possibilitou a construção de bases locais que deram sustentação e legitimidade à ditadura. Esse “serviço” prestado à “revolução” é retomado em vários momentos pelos líderes ruralistas locais, com o intuito de cobrar políticas para o setor, posicionar-se frente aos projetos de alteração da estrutura fundiária e ao avanço das lutas trabalhistas, o que ocorreu logo na primeira exposição promovida pela entidade pós-golpe que foi visitada pelo primeiro presidente da ditadura.

Inserindo representantes na administração pública local, estadual e nacional, a agremiação manteve estreitos diálogos com os governos militares, tendo sido representada nas Secretarias de Agricultura, Fazenda, Trabalho e Assistência Social, Saúde Pública, Interior e Justiça. Além de ter vários representantes atuando na administração do Instituto Brasileiro do Café (ICB), teve representantes no senado, câmara dos deputados e governo estadual. Os lucros e benefícios dessa fração de classe ainda estão por serem pesquisados.

O apoio dado pela entidade ao golpe de 1964 foi reelaborado nas publicações mais recentes da ARL/SRP. Tem sido apresentado apenas enquanto simpatia aos governos militares, como vemos no livro *“Londrina, Paraná, Brasil: Raízes e dados históricos – 1930-2004”*, no qual a ARL/SRP foi convidada para apresentar sua história. Nesta obra, vemos como o discurso sobre o golpe e a ditadura passou a ser reelaborado: o que antes foi manifestado enquanto uma “revolução democrática” durante os governos militares, passou a ser apresentado como ditadura. Mas manteve como argumento justificador e legitimador do golpe a *“baderna social e a subversão das esquerdas”*, como vemos a seguir.

O Parque Ney Braga foi inaugurado em 1964, quando se iniciava o período ditatorial no Brasil e que durou 20 anos. O primeiro presidente da República, no novo regime, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, veio a Londrina para a Exposição de 1965. Como a tomada de poder pelos militares havia contado com a simpatia do povo, porque era grande a baderna e a desestatização provocadas pelas esquerdas, havia multidões aplaudindo Castelo. Em seu discurso, Omar Mazzei não modificaria seu estilo e fez críticas à política agrícola do Ministério da Agricultura. Ney Braga era governador e escutava apreensivo. Naqueles tempos era temerário

criticar o Governo, pois uma prisão poderia ser sumária.¹⁰⁰

Aquela defesa ao golpe que esteve presente entre os anos de 1960 e 1970 passou a ser intercalada com algumas ponderações, retirando a defesa completa e irrestrita. Isso ocorreu porque esse debate no presente está sendo “vigiado”, questionado, debatido de modo mais amplo, o que impõe, inclusive aos defensores do golpe, um cuidado maior ao referir-se ao processo.

Nas entrevistas produzidas com membros da ARL/SRP, foram várias as menções positivas à ditadura feitas tanto pelos membros da entidade quanto pela entrevistadora, que em muitos momentos interrompeu os entrevistados para direcionar a argumentação sobre essa questão. No trecho da entrevista de Luiz Meneghel Neto, ele relembrou o posicionamento da entidade reivindicando políticas para o setor, porém sem questionar ou discordar da ditadura, “*com todo o respeito ao processo*”:

Luiz Meneghel Neto: Eu lembro que tem um caso aqui que acho que era o Fernando Sobrinho, que teve um presidente aqui, o Castelo Branco.

Entrevistadora: Era o Omar Mazzei Guimarães

Luiz Meneghel Neto: Isso Omar Mazzei Guimarães, e ele “desceu a ripa” no presidente. Quer dizer, mas com todo o respeito ao processo. Quase prenderam ele, mas mostrando que entre a SRP ela é apartidária, não quer saber se é desse partido ou daquele partido. Ela vai defender as posições da classe produtora.

Entrevistadora: Ele criticou as políticas para a agricultura e foi extremamente severo e indelicado em muitos pontos, pelo que diz a imprensa e o próprio discurso que nós lemos, né Elenice? Mas por outro lado, o presidente como reagiu? Disse que preferia a franqueza à cortesia, foi fantástico e que muita gente dizia ser ele ditador!¹⁰¹

Ainda que esteja presente na fala de Luiz Meneghel Neto a relação de diálogo entre a entidade e os governos militares, essa posição da entidade nesse processo passou a ser omitida. As argumentações favoráveis ao golpe foram reelaboradas e apresentadas de modo menos direto. Já na interferência da entrevistadora, vemos a defesa de uma forma de compreender esse processo e a tentativa de desconstruir

¹⁰⁰ ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. Londrina, Paraná, Brasil: Raízes e dados históricos – 1930-2004”. Londrina: Edição Humanidades, 2004. p.388. Esse documento foi elaborado com a finalidade de “resgatar, preservar e cultivar os momentos históricos de Londrina e Região”, e a Sociedade Rural do Paraná tem espaço privilegiado, pois foi apresentada como “patrimônios de Londrina”. No texto há um histórico da entidade e perpassa por momentos importantes da história do Brasil recente, como pelo golpe civil e militar apresentado apenas como “militar” que, de acordo com a argumentação, ocorreu de modo natural, sem conflito e com a aprovação da população. Outro momento “relembrado” nesse texto, de modo descontextualizado, foi a atuação da SRP diante do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Esse material, ainda que sucinto, visa reforçar a importância da entidade e sua capacidade de mobilização em diferentes momentos históricos.

¹⁰¹ NETO, Luiz Meneghel. Entrevistas realizadas para ser parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 2º vídeo, 44 min. Transcrição: feita pela autora.

o caráter antidemocrático da ditadura. Na fala de Meneghel Neto, que apresentou a “cortesia” de Castelo Branco para com o presidente da ARL, indica que havia espaços para crítica e oposição no governo, reforçando os discursos do período militar que se vivia sob um regime democrático.

Não foi apenas sobre o período da ditadura que a ARL/SRP passou a (re)elaborar uma versão sobre o seu passado, mas, no decorrer da trajetória da entidade, esta buscou construir uma história sua, oficial, sobre a colonização e (re)ocupação, a história de desbravamento e progresso, bem como a organização e os embates políticos.

Essa discussão possibilita identificar na fala oficial da entidade patronal pesquisada a presença da narrativa sobre o “norte do Paraná” e seus “silenciamentos” sobre a exclusão social e as práticas de violência cometidas pela classe dominante, especialmente do setor patronal rural, bem como o papel que atribui às suas práticas em diferentes momentos de sua história. O seu discurso e as ações repressivas da ARL contra os movimentos sociais são silenciados.

Pôde-se visualizar neste capítulo que a ARL agiu em diferentes momentos como um organismo de classe, com a função de fomentar e organizar o apoio de diferentes sujeitos para defender seus interesses. Embora a entidade não tenha agido só, mas imbricada com outras entidades no estado do Paraná e de outros estados do Brasil, vemos que a ARL manteve a função de uma entidade organizadora e dirigente da classe patronal rural, com o objetivo de se articular na sociedade civil e na sociedade política em torno da desestabilização do governo, crítica e combate à reforma agrária de cunho popular e a qualquer possibilidade de mudança na estrutura fundiária. Foi, e ainda é, uma organização de caráter político, assentada na sociedade civil, o que permite criar condições para a consolidação e disseminação de um projeto social para o conjunto da sociedade, enquanto construção de uma hegemonia que também envolve o Estado e a cultura.

A ARL, enquanto entidade representativa de uma fração da classe dominante rural, preocupou-se com a representação dos seus interesses. No âmbito da sociedade civil, vemos a fundação de outras organizações representativas dos interesses dominantes, que atuaram por meio de ações coletivas, campanhas e propagandas ideológicas e modalidades de correlação de força dentro do Estado restrito, a ARL pôde influir tanto sobre o contexto econômico quanto na regulação do conflito social e, especialmente, na implementação de certas políticas públicas.

CONCLUSÃO

Por meio da pesquisa empírica realizada sobre a ARL e seu papel na construção de canais de organização da vontade coletiva da fração da classe patronal rural que representa, verificamos que a entidade mobilizou forças e interesses para fazer frente à luta de posseiros, para criminalizar as organizações dos trabalhadores rurais e para organizar diferentes setores da sociedade em apoio ao golpe civil-militar. Foi, também, um espaço de formação de "organizadores" ou "intelectuais", ou seja, sujeitos enquanto persuasores permanentes atuando em diferentes espaços sociais, com a capacidade de organizar a ação política e de trabalhar na construção de uma vontade coletiva concretizada em práticas.

Nos anos 1960, a ARL atuou ativamente no processo de articulação do golpe, em âmbito estadual e local — onde manteve a centralidade nas ações — tendo sido beneficiada durante a ditadura. A ARL pôde influir tanto sobre o contexto econômico quanto na regulação do conflito social e, especialmente, na implementação de certas políticas públicas, tendo construído um projeto de classe para si e para as demais classes.

A inserção de membros da ARL nas agências do Estado indica a capacidade mais ampliada da entidade de atuar na sociedade política, o que demonstra sua atuação política, sua capacidade de pressionar, reivindicar e efetivar suas demandas por meio da organização e mobilização. Executaram esse papel na entidade os quadros de agentes que compunham sua presidência e diretorias, homens com formação escolar superior, ativamente mobilizados em torno dos interesses da fração a qual pertenciam.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. *Londrina, Paraná, Brasil: Raízes e dados históricos – 1930-2004*. Londrina: Edição Humanidades, 2004. p.388.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e Golpe de Classe*. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERNANDES, Reginaldo Junior. *Revolução e democracia: vivências e representações (1960-1980)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22042013-102258/>>. Acesso em: 2014-09-14.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

ZARDO, Murilo. *O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à Operação Farroupilha*. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos. Anais. Porto Alegre : APERS, 2011, p.153.

FONTES

ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Reunião da Diretoria 05/08/1962, p.24 e 25. Apud. Documento histórico: Resumo 0772 Livro de Atas 3 "B" de 19/03/1962 à 18/09/1965. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

FOLHA DE LONDRINA. A sociedade Rural do Norte do Paraná quer ver o Brasil cada vez mais forte. 07/09/71.

FOLHA DE LONDRINA. Associações cafeeiras do Paraná atacam política de Jango. 30/03/63.

FOLHA DE LONDRINA. Aos companheiros Eleitores da ARL. 31/03/64.

FOLHA DE LONDRINA. Café: Preconizada em praça publica a greve da Lavoura. 07/06/63.

FOLHA DE LONDRINA. Ampla expectativa e intenso policiamento: mais ordem e calma absoluta em Londrina. 02/04/64.

FOLHA DE LONDRINA. Manifestação em Maringá: 30 mil repudiam o Comunismo. 04/04/64.

FOLHA DE LONDRINA. 2 mil Cafeicultores na concentração de Piraju (SP). 10/12/1968.

FOLHA DE LONDRINA. Castelo passa 5 horas movimentadas em Londrina. 04/04/1965.

DISCURSOS

SCIARRA, Franscisco Antonio. Discurso da abertura da VII Exposição Agropecuária de Londrina, promovida pela SRP em 1970. Texto disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná.

NETO, Luiz Meneghel. Entrevistas realizadas para ser parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná, 2008. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 2º vídeo, 44 min. Transcrição: feita pela autora.